

CAPITALISMO E MUDANÇA CULTURAL: DESENVOLVIMENTO DA FEIRA NORDESTINA DE SÃO CRISTÓVÃO (RJ)

Bruno Borja¹
Mayara Destri²

Resumo: A formação da Feira Nordestina de São Cristóvão está ligada ao desenvolvimento econômico e cultural do Rio de Janeiro. Há relação direta entre a industrialização e urbanização da cidade e o fluxo migratório de nordestinos para formar a classe trabalhadora urbana. Recorrendo ao materialismo histórico enquanto método, procuramos apresentar elementos de interpretação da relação entre capitalismo e mudança cultural, para aplicá-los na análise. A formação e o desenvolvimento da Feira se dão em dois momentos marcantes de sua trajetória: a partir 1945, atuando informalmente, ameaçada de remoção pelo poder público, configurando uma cultura de resistência; e após 1982, com o progressivo desenvolvimento da Feira e sua incorporação cultural, culminando com a entrada no pavilhão de São Cristóvão em 2003. O território do Campo de São Cristóvão foi objeto de intensa disputa política e a Feira foi alvo da repressão do poder público por longas décadas, até que a incorporação cultural viesse legitimar sua atuação, via mercado, como um espaço de turismo e consumo de massa, expressão da diversidade cultural da cidade. Este processo contraditório garantiu a permanência dos feirantes, ao mesmo tempo em que impôs uma série de mudanças culturais.

Palavras-Chave: Feira Nordestina de São Cristóvão; Desenvolvimento; Cultura.

Introdução

Aclamado Rei do Baião, Luiz Gonzaga veio do sertão de Pernambuco para se consagrar nas rádios do Rio de Janeiro. Trajeto comum para as constantes levadas de retirantes nordestinos que vieram para a capital da república em meados do século 20. Hoje, Luiz Gonzaga empresta seu nome ao Centro de Tradições Nordestinas, a antiga Feira dos Nordestinos de São Cristóvão. A Feira, assim como o músico, atravessou diferentes momentos em sua trajetória, desde a clandestinidade até a consagração atual.

Este artigo apresenta esta trajetória em seus diferentes momentos, destacando pontos de análise para entender como a cultura popular nordestina de origem rural enfrenta a metrópole hostil, para depois alcançar a consagração pública. Tanto a Feira quanto Gonzaga encarnam a jornada do herói, tão frequente na literatura de cordel. O mito da travessia revivido na migração do sertão do Cariri para a cidade maravilhosa.

Na primeira seção, buscamos sintetizar a base teórica por trás da análise aqui construída, conjugando *desenvolvimento capitalista e mudança cultural*. Adotando o

¹ Professor do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM/UFRRJ), coordenador do Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA-UFRRJ). Email: borja.bruno@gmail.com

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade do IM/UFRRJ. Email: mayaradestri@gmail.com

materialismo histórico enquanto método de análise, traçamos as conexões entre os sentidos múltiplos do desenvolvimento capitalista, desde o aumento de produtividade do trabalho até seus significados mais amplos em termos de mudança cultural.

A segunda seção traça um panorama da *formação da Feira Nordestina de São Cristóvão: uma cultura de resistência*. Isto é, como a Feira é formada pelos migrantes nordestinos que vinham constituir a classe trabalhadora urbana na metrópole, sendo uma das bases sociais e culturais da classe em formação. Enfrentando a hostilidade e o preconceito da sociedade carioca, os nordestinos construíram na Feira de São Cristóvão um espaço de resistência e identidade cultural.

Na terceira seção, temos a consagração *da Feira ao Centro de Tradições: desenvolvimento e incorporação da cultura*. Num processo contraditório, a organização política dos feirantes para lutar pelo direito de uso do Campo de São Cristóvão consegue conquistar o Pavilhão, mas sem deixar de atender aos interesses de incorporação da cultura nordestina pela indústria cultural, transformada em mercadoria para a cultura de massa e o turismo. Eis o nosso herói em sua jornada, tão real quanto contraditório.

1. Desenvolvimento capitalista e mudança cultural

Partindo do materialismo histórico enquanto método de análise, podemos traçar uma relação íntima entre desenvolvimento econômico e processo de mudança cultural. Diferentemente das abordagens econômicas tradicionais, o método de Karl Marx não fecha as questões econômicas, isolando-as das outras dimensões da sociedade. Ao contrário, a perspectiva de totalidade adotada busca conectar os diferentes campos do conhecimento. O pressuposto materialista do método coloca a necessidade de tomar como núcleo da análise a produção da vida material. Isto é, como os seres humanos, vivendo em sociedade, conseguem se reproduzir materialmente. Este seria o primeiro ato histórico: a produção e reprodução da vida material.³

Daí deriva uma compreensão muito particular do trabalho, entendido enquanto atividade prática sensível, transformadora da realidade. Todo ato de intervenção humana sobre a natureza e a realidade social é considerado trabalho. E este se apresenta como elemento central da reprodução social, logo categoria central de análise para Marx. Sendo o trabalho esta prática social determinante, temos o trabalhador na condição de sujeito

³ Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844) e *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859).

histórico da transformação da sociedade. Ou seja, aquele que exerce o trabalho que permitirá tanto a reprodução social, quanto sua transformação.

O desenvolvimento capitalista é essencialmente um processo de reprodução e transformação social, que apresenta um aumento contínuo da produtividade do trabalho. O progresso técnico e as mudanças no processo de trabalho visam, além de outras coisas, ao aumento de produtividade, de modo que a mesma quantidade de trabalho produza cada vez mais. No entanto, essas mudanças não se restringem ao âmbito econômico, influenciando e sendo influenciadas por fatores sociais, políticos e culturais. Assim, quando ocorrem grandes alterações no processo de trabalho, podem ocorrer mudanças culturais – sendo a recíproca verdadeira: mudanças culturais podem alterar os processos de trabalho. Um exemplo muito evidente é a transformação da sociedade agrária em sociedade industrial. A produção industrial vai apresentar aumentos de produtividade em relação à sociedade agrária, logo desenvolvimento. Mas também vai significar um grande fluxo migratório campo-cidade, com expansão da urbanização e formação de novas classes sociais vinculadas à produção urbano-industrial. Logo, uma mudança na totalidade do modo de produção em suas várias dimensões.

Esse desenvolvimento das forças produtivas se expressa mais diretamente na cultura material da sociedade, modificando seus meios materiais de produção e consumo. Mas é também, ao mesmo tempo, um processo de mudança cultural mais amplo, abarcando cultura material e imaterial⁴. Mais especificamente, poderíamos dizer, há a produção de objetos da cultura material e há os processos de trabalho vinculados à cultura imaterial, enquanto saberes e práticas característicos de determinada cultura.

Temos, desta maneira, uma abordagem da cultura como modo de vida, característica de sua dimensão antropológica. Outra abordagem seria se restringir à produção cultural, mais diretamente ao campo da produção artística⁵. Se já observamos como o desenvolvimento capitalista implica mudança cultural, podemos agora analisar a produção artística inserida na produção em geral da sociedade. Isto é, a produção de literatura, música, teatro, cinema, artes plásticas e demais linguagens artísticas está inserida num contexto mais amplo da produção da vida material em sua totalidade. É preciso produzir arte, logo, a arte é um trabalho de transformação da realidade, criando

⁴Cf. Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*, (1964); Bruno Borja, *Notas sobre a dimensão cultural na obra de Celso Furtado* (2013).

⁵Cf. Terry Eagleton, *A ideia de cultura* (2011).

produtos materiais e imateriais antes inexistentes. A arte, portanto, está condicionada pelo grau de desenvolvimento das forças produtivas e requer um processo de trabalho específico, utilizando meios de produção específicos para criar produtos específicos.

Isso fica mais evidente nas linguagens artísticas dominadas pela indústria cultural. A indústria cultural, visando à produção de uma cultura de massa, incorpora elementos da cultura popular, transformando seu processo produtivo⁶. Promove o desenvolvimento das forças produtivas, com aumento de produtividade do trabalho, ao transformar o trabalho artesanal do artista em trabalho industrial. Altera os meios de produção artística, seu processo de trabalho e, conseqüentemente, o produto final deste trabalho. A produção e reprodução em massa de produtos artísticos acaba por criar novos padrões e mudanças estéticas no que era antes feito de forma única e artesanal.⁷

Além disso, a progressiva mercantilização da cultura e da arte, transformando tudo em mercadoria, promove a incorporação cultural do folclore e da cultura popular no sistema de mercado. De acordo com Raymond Williams⁸, a indústria cultural sempre busca meios de se renovar incorporando elementos da cultura da classe trabalhadora. Mais precisamente, a cultura burguesa hegemônica combate as expressões culturais da classe trabalhadora que se mostrem perigosas ao sistema e trata de incorporar tudo aquilo que for passível de acomodação no mercado. É comum observar no processo cultural esta renovação da indústria a partir da cultura popular. O campo da música elucida a questão: pensemos no samba, no baião, no funk. Estes são ritmos musicais originários da classe trabalhadora, que primeiramente são reprimidos pela cultura burguesa hegemônica, combatidos pela força policial e militar do Estado. Portanto, podemos caracterizar a cultura popular como uma cultura de resistência.

No entanto, seu vigor e difusão dentre os trabalhadores desperta o interesse da indústria, na medida em que forma um grande mercado de consumo. A indústria cultural tenta incorporar estas expressões culturais para fomentar um mercado de cultura de massa. E é esta incorporação cultural que vai dando a legitimação necessária para a aceitação destes elementos da cultura popular pela cultura hegemônica, promovendo uma alteração nas suas formas de produção e consumo, em suas práticas, em sua estética. Temos aí a incorporação cultural e a legitimação da cultura popular via mercado.

⁶ Cf. Walter Benjamin, *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1936).

⁷ Cf. Ferreira Gullar, *Problemas estéticos na sociedade de massas* (1965).

⁸ Cf. Raymond Williams, *Base e superestrutura na teoria da cultura marxista* (1980).

Este é um ponto da maior relevância para a compreensão da Feira Nordestina de São Cristóvão enquanto fenômeno da cultura popular. Entretanto, outra dimensão do desenvolvimento se faz presente com a mesma importância: sua relação com o território. É certo que o desenvolvimento econômico se faz sobre um espaço físico determinado, num território específico. O aumento da produção requer expansão geográfica e modificação dos espaços. À medida que há desenvolvimento, há uma progressiva ocupação dos espaços pelo processo produtivo, numa divisão territorial do trabalho.⁹

No caso específico das cidades, podemos destacar a mudança na função da cidade ao longo dos diferentes momentos de cada formação social. Pensando na cidade do Rio de Janeiro e na formação social brasileira, poderíamos afirmar que a cidade assume ao longo do tempo diferentes funções: produção de açúcar nos primeiros séculos de colonização; exportação de ouro e centro político-administrativo da colônia no século 18; produção de café e capital do império no século 19; produção industrial e capital da república no início do século 20; para alcançar as mudanças recentes no sentido de metrópole mundializada e atração turística internacional a partir de meados do século passado – com grande intensificação deste processo no início do século 21.

Isso quer dizer que o espaço construído da cidade vai ganhando diferentes funções e demanda recorrentes reformas urbanas. Há uma contínua ressignificação das cidades e seu território. No caso em foco, a transição da sociedade agroexportadora com características coloniais do século 19 para a sociedade urbano-industrial capitalista do século 20 impôs à cidade do Rio de Janeiro uma alteração gigantesca em seu espaço urbano. Como veremos a partir de agora, a formação e o desenvolvimento da Feira Nordestina de São Cristóvão são atravessados por estas questões.

2. Formação da Feira Nordestina de São Cristóvão: uma cultura de resistência

A Feira está ligada ao desenvolvimento econômico e cultural da cidade do Rio de Janeiro no século 20. Ambos guardam uma história comum. Sendo capital da república e um dos principais núcleos industriais do país, a cidade passa por uma grande expansão urbana, enquanto o Brasil aprofundava a transição urbano-industrial. Segundo Milton Santos¹⁰, é entre os anos 1930 e 1960 que o país se torna majoritariamente urbano, e quando a indústria se afirma como principal setor econômico. Isso se traduz num grande

⁹Cf. Milton Santos, *Por uma economia política da cidade* (1994).

¹⁰Cf. Milton Santos, *A urbanização brasileira* (1993).

fluxo migratório campo-cidade, típico da transição ao capitalismo industrial. Exatamente neste momento se forma a Feira Nordestina de São Cristóvão.

Experimentando uma explosão demográfica, a cidade busca se adaptar ao fluxo migratório de trabalhadores de outras regiões em busca de emprego e melhores condições de vida. Mais do que isso, esse fluxo se faz necessário para o suprimento da demanda por trabalhadores nas indústrias e serviços, especialmente no setor da construção civil. Este é o destino de boa parte dos migrantes nordestinos que se aventuravam na travessia entre o sertão e as capitais do sudeste: vinham construir a cidade.

O desenvolvimento capitalista da cidade, com o avanço da industrialização e da urbanização, impôs a necessidade de formação da classe trabalhadora urbana. Boa parte desta classe em formação provinha de regiões rurais, trazendo consigo práticas e hábitos característicos da cultura rural. A migração nordestina apresenta esta característica, sendo um dos principais grupos formadores da classe. Isso se expressa também nas soluções de habitação deste grupo migrante. É no período 1930-1960 que se observa a ampliação do número de favelas na cidade, além da consolidação de sua Região Metropolitana, com ocupação dos subúrbios e, especialmente, das cidades da Baixada Fluminense.¹¹

A concretização do Rio de Janeiro como espaço produtivo de dimensão nacional, sede de empresas privadas e públicas que atuavam no país todo, demandou também maior integração da cidade às diferentes regiões. Sob a ótica da economia política da cidade, era preciso promover a circulação de mercadorias, capitais e pessoas, permitindo a ampla formação do mercado interno. A integração do território nacional se materializa numa rede de transportes e comunicações. Cabe destacar a construção da rodovia Rio-Bahia nos anos 1940, da Avenida Brasil em 1946 e da BR-101 nos anos 1950.

A rodovia Rio-Bahia seria de grande importância, pois se tornou a principal via de migração do sertão do nordeste para as metrópoles do sudeste. Por ela corriam os *paus-de-arara*, caminhões de carga adaptados ao transporte de passageiros. O Campo de São Cristóvão era o ponto final de parada destes caminhões, onde desembarcavam levas constantes de retirantes nordestinos. O local passou a ser utilizado como estacionamento dos caminhões e acampamento provisório dos recém-chegados.

Neste contexto surge a Feira Nordestina, como uma estratégia de sobrevivência dos migrantes na aventura da cidade grande. Como alerta Sylvia Nemer¹², há uma

¹¹Cf. Mauricio Abreu, *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* (1987).

¹²Cf. Sylvia Nemer, *Feira de São Cristóvão: contando histórias, tecendo memórias* (2012).

controvérsia sobre a real data de fundação da Feira. A versão oficial remete ao ano de 1945, quando o poeta Raimundo Santa Helena começou a recitar poemas de cordel no local. Outra versão liga a fundação da Feira ao comerciante paraibano João Gordo, que no início dos anos 1950 começou a comercializar no local produtos nordestinos para vender aos migrantes. De todo modo, fica a percepção de que a Feira tem esta dupla dimensão: o comércio e o lazer; a feira e a festa; a economia e a cultura.

Daí, nordestinos residentes na cidade começaram a comercializar produtos de origem norte-nordeste. Eles estendiam esses produtos no chão, reproduzindo o formato das feiras rurais. Logo floresceu parte da expressão cultural do nordeste no Rio de Janeiro. E, assim, o nordestino criou uma forma de resistência na cidade, ou seja, a Feira servia como refúgio e fortaleza para os migrantes, reforçando laços de identidade cultural. A preservação da cultura nordestina acontecia naquele espaço físico e temporal: Campo de São Cristóvão, aos finais de semana. Os nordestinos sentiam esta distinção, e faziam da Feira um ponto de encontro com os conterrâneos, um espaço de socialização alternativo dentro da metrópole. As trocas comerciais tinham a função de complementar a renda ou então adquiriam caráter de atividade provisória enquanto procuravam emprego fixo.

Diversos fatores contribuíram para a continuidade do fluxo migratório e para o crescimento da Feira ao longo dos anos 1950, dentre eles a seca de 1958. Neste período estava sendo construído o pavilhão de São Cristóvão, um grande centro de exposições onde seria realizada a Exposição Internacional da Indústria e do Comércio. Projetado pelo arquiteto Sérgio Bernardes, o pavilhão foi construído entre 1957 e 1960.¹³

O bairro de São Cristóvão, acompanhando as transformações na formação econômico-social brasileira e na evolução do espaço urbano da cidade, passou por muitas mudanças em sua história: de Fazenda São Cristóvão no século 18 à residência da corte portuguesa no século 19; de área residencial aristocrática à região industrial no século 20¹⁴. Em meados do século, se configurava como bairro residencial em decadência, frente à expansão urbana rumo às praias da zona sul. A característica industrial prevaleceu e seu espaço foi ressignificado, o que a construção do pavilhão vinha ratificar.

Nos primeiros anos, a Feira tinha um caráter informal, pois não havia registro junto à administração pública. Incidentes com a fiscalização municipal eram frequentes.

¹³ Cf. Claudio Antonio Lima Carlos & Julio Cesar Sampaio, *Pavilhão de São Cristóvão: da vanguarda, apenas uma fachada* (2017).

¹⁴ Cf. Gilmar Chaves, *Feira de São Cristóvão: o Nordeste é aqui* (1999).

A luta pelo território marca toda a trajetória da Feira, mas foi com a construção do pavilhão que o local virou objeto de disputa entre a prefeitura e os feirantes. Os problemas causados pela informalidade instigaram os feirantes a criar uma organização que fizesse, junto à prefeitura, um estatuto para regularizar a permanência da Feira no Campo de São Cristóvão. Com isso, criou-se o primeiro órgão institucional, em 1961, a União Beneficente dos Nordestinos no Estado da Guanabara. Ainda nos anos 1960, surgiu a Associação de Proteção aos Nordestinos da Guanabara – Apronorde.¹⁵

Essencialmente, as duas atuaram num sentido assistencialista, prestando apoio aos migrantes que chegavam: moradia, alimentação, inserção no mercado de trabalho, obtenção de documentos, empréstimo de dinheiro etc. Por outro lado, exerciam o controle e administração da Feira, cobrando taxas de aluguel e uso do solo, além de anuidade para a associação (PANDOLFO, 1987)¹⁶. Foi por meio da atuação destas organizações junto aos órgãos públicos que a Feira conseguiu se manter no Campo de São Cristóvão, ganhando apoio político e alguma legitimidade.

Um dos requisitos para o funcionamento da Feira era a retirada dos produtos do chão, colocando-os em tabuleiros, tal qual as feiras urbanas. A União Beneficente dos Nordestinos, depois a Apronorde, ficou responsável pelo aluguel dos tabuleiros aos feirantes. Isso dá uma dimensão das características de estrutura e organização da Feira que se instalou nos arredores do pavilhão. Sem nenhum apoio dos órgãos públicos, que sequer regularizaram o fornecimento de luz, água ou gás.

Em meio à informalidade e sob condições precárias de produção e consumo, a Feira insistia em resistir, reproduzindo na cidade a cultura do meio rural nordestino. Tanto seus elementos materiais: alimentos, vestuário, instrumentos musicais, folhetos de cordel, artesanato etc.; quanto imateriais: as práticas de trabalho para produção da cultura material e suas formas de utilização e consumo. Esta estratégia de sobrevivência se configurava como uma luta pelo território, uma cultura de resistência. Disputando o direito de permanecer trabalhando, o feirante se organizava politicamente e gerava laços de solidariedade dentro do grupo social. Com isso, dava visibilidade à cultura nordestina no Rio de Janeiro e afirmava sua identidade cultural numa realidade hostil.

¹⁵ Cf. Maria de Fátima Ribeiro, *Nem Feira dos Paraíba, nem shopping dos nordestinos: um estudo sobre o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas* (2005).

¹⁶ Cf. Maria Pandolfo, *Feira de São Cristóvão: a reconstrução do nordestino num mundo de nortistas e paraíba* (1987).

(...) o nordestino que chegava ao Rio de Janeiro refugiava-se na Feira oferecendo uma resistência que nem o controle nem a repressão conseguiam destruir. Isto, sem dúvida, adquire uma dimensão significativa na medida em que a resistência em não arredar o pé do espaço da Feira moldava a reconstrução da sua identidade numa nova ordem sócio-cultural. Em termos mais concretos, refugiar-se na Feira era como refugiar-se em sua própria cultura evitando assim perder totalmente padrões de referência culturais anteriores; era evitar ser totalmente engolido e assimilado pela cidade. (PANDOLFO, 1987, p. 49-50).

Estereotipado enquanto *paraíba* ou *pau-de-arara*, alvo de preconceito social por suas origens étnico-culturais. Associado ao imaginário de atraso e arcaico criado em torno do sertão da seca. Marcado pelo signo da desqualificação profissional no mercado de trabalho urbano, sendo relegado aos empregos menos valorizados. O nordestino resistia na metrópole. E a Feira era seu ponto de resistência.

3. Da Feira ao Centro de Tradições: desenvolvimento e incorporação cultural

Ao chegar ao Campo de São Cristóvão, os migrantes se inseriam no comércio da Feira, revendendo e consumindo produtos de seus estados de origem. Isto contribuiu para a difusão da cultura nordestina, em sua dimensão material e imaterial. Ganhando visibilidade, a cultura popular nordestina se diferenciava da cultura burguesa hegemônica no Rio de Janeiro. A Feira cada vez atraía mais pessoas, frequentadores e feirantes, a fim de compartilhar este ponto de encontro e resistência da memória cultural nordestina.

A partir dos anos 1980, com o progressivo desenvolvimento e contando com grande volume de circulação de mercadorias, pessoas e capitais, a Feira passa por mudanças estruturais e institucionais. Podemos destacar três momentos importantes: a legalização da Feira em 1982, a garantia de permanência no Campo de São Cristóvão em 1993 e a transferência da Feira para o interior do pavilhão em 2003.

Em 1982, foi sancionada a lei nº 322, que dava legitimidade ao funcionamento da Feira, retirando a mesma da clandestinidade e licenciando os feirantes que ali trabalhavam aos domingos. Assim, a Feira passou a obedecer à legislação municipal, sendo objeto de cobrança de impostos e taxas de licença, e devendo se adaptar às posturas municipais. Mesmo com esta lei, a Feira ainda teve problemas e quase foi fechada no início dos anos 1990. Novamente o Campo de São Cristóvão era alvo de disputa entre os feirantes e a prefeitura. Desta vez, a luta pelo território se deu por conta das obras de construção da

Linha Vermelha, que ocupou parcialmente o local. Por trás disso estava o interesse na construção de um *Shopping Center* no Campo de São Cristóvão.

Os feirantes se organizaram politicamente para resistir outra vez. O movimento se saiu vitorioso e nova lei foi sancionada. A lei nº 2.052 de 1993 decreta que “fica criado no Campo de São Cristóvão o Espaço Turístico e Cultural Rio/Nordeste, ponto de interesse turístico, com a finalidade de promover a divulgação de aspectos culturais, sociais e folclóricos do Nordeste Brasileiro”. Com essa legislação, a Feira passou a ter caráter permanente e começou a funcionar de modo regular, alterando sua organização.

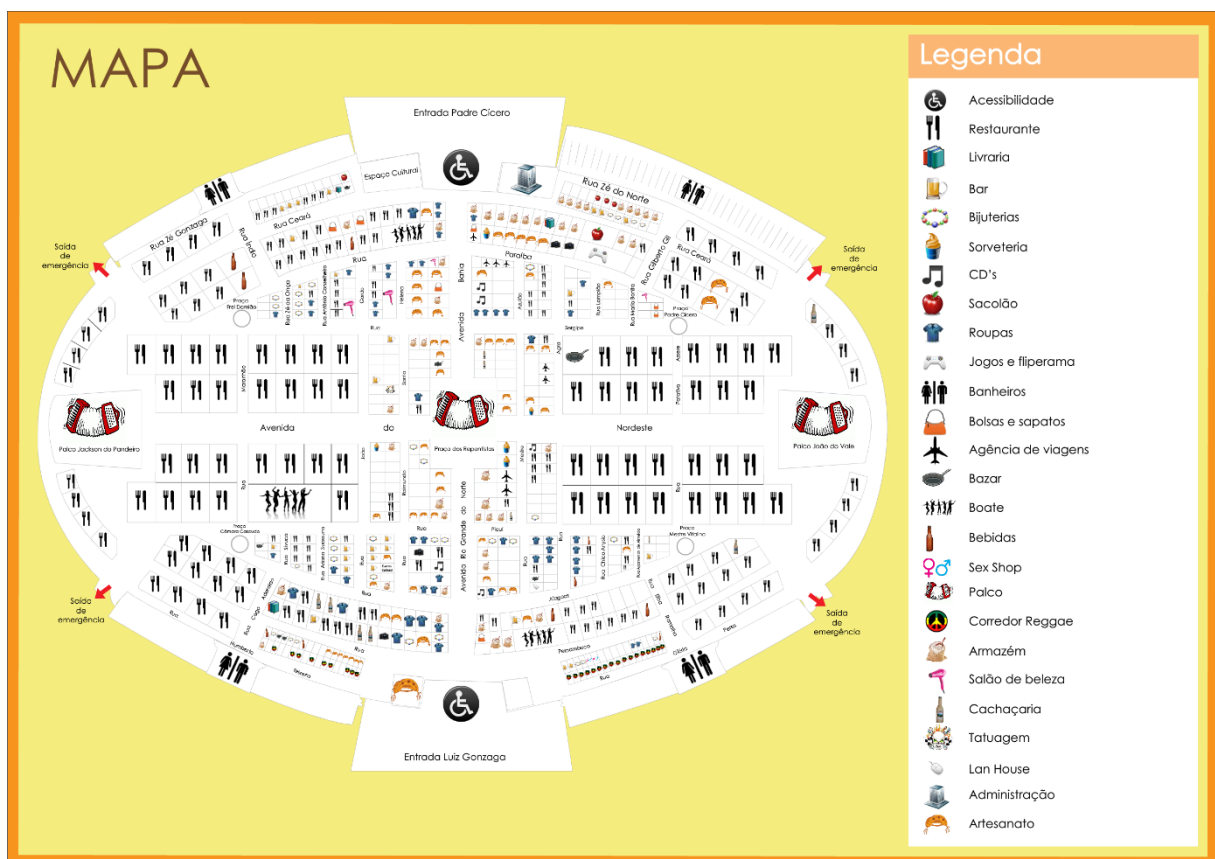
Em sua primeira formação, na época de clandestinidade, a Feira era um verdadeiro labirinto com instalações precárias, sem traços de organização espacial coerente. No entanto, apesar da aparente falta de padronização espacial, a Feira tinha uma organização, assimétrica, e aglutinava feirantes com perfis parecidos, não havendo diferenciação entre as barracas. Não havia separação entre comércio de produtos típicos e produção cultural, isto é, não havia divergência entre feira e festa, entre economia e cultura. Com a nova legislação, começou uma transição em sua organização espacial, com a separação das barracas de acordo com a atividade, inclusive com horários de funcionamento distintos.

Outra mudança advinda da nova legislação foi a criação da Comissão de Organização e Administração da Feira Nordestina do Campo de São Cristóvão, presidida por um membro da Apronorde e composta por representantes eleitos dentre os feirantes (RIBEIRO, 2005). A Comissão assume a responsabilidade pela gestão da Feira e passa a responder perante ao poder público, iniciando as negociações para a transferência da Feira para o interior do pavilhão. Em 2002, alguns membros da Comissão formam a Cooperativa dos Comerciantes do Campo de São Cristóvão – Coopcampo.

No início dos anos 2000, havia um novo projeto de instalação de um *shopping center* no pavilhão. Com as obras, os feirantes acabaram sendo rechaçados do Campo de São Cristóvão, mesmo com a legislação em vigor. Logo, criou-se o desejo de lutar pelo pavilhão, o que motivou um grupo de feirantes a fazer manifestações e reivindicar junto à Câmara de Vereadores o direito de utilizar a área interna. Diante do movimento organizado pelos feirantes, a prefeitura cedeu e iniciou a reforma do Pavilhão para urbanizar a área e adaptar as barracas ao novo espaço. Em junho de 2003 foi assinado o termo de autorização de uso do pavilhão entre a Secretaria Especial de Turismo (RioTur) e a Coopcampo. A prefeitura se colocou à frente, assumindo o poder administrativo da Feira, e a Coopcampo ficou responsável pela conservação da área.

O pavilhão oval é cortado por duas grandes avenidas, formando uma cruz e tendo ao centro a Praça Catolé do Rocha, conhecida como Praça dos Repentistas. A Avenida Nordeste liga os dois grandes palcos (Jackson do Pandeiro e João do Vale) e as avenidas Rio Grande do Norte e Bahia ligam as duas entradas principais. As ruas menores levam o nome dos demais estados do nordeste e de outras personalidades da região. Estas ruas são estreitas e dividem os blocos de barracas menores. O espaço também conta com pequenas praças, duas delas com pequenos palcos para apresentações.

Mapa do Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas



Fonte: <http://www.feiradesaocrisovao.org.br/#!mapa-da-feira/c13ql>

Como se vê no mapa, existe uma simetria na disposição das barracas. Ao passar para o interior do Pavilhão, a Feira tomou um caráter de “minicidade”, onde existem áreas mais nobres – visitadas principalmente por turistas e pessoas com um poder aquisitivo maior – e áreas mais periféricas – frequentadas por quem tem poder aquisitivo menor e busca lugares com características tradicionais. Ou seja, é visível a estratificação social presente na Feira. De um lado, os grandes restaurantes nas áreas turísticas das avenidas,

próximas aos palcos principais; de outro, as pequenas barracas mantendo a cultura tradicional na parte mais distante e periférica do pavilhão.

Muitas mudanças ocorreram na estrutura da Feira. A primeira delas é a entrada e o horário de funcionamento: hoje o Centro de Tradições funciona de terça-feira a domingo: de terça a quinta com entrada franca; sexta, sábado, domingo e feriados, entrada de R\$5,00; nos dias de shows a entrada pode variar entre R\$10,00 e R\$30,00. Além da entrada, também há arrecadação com estacionamento, que é terceirizado.

A segunda mudança está relacionada às grandes atrações que acontecem no Centro de Tradições, bem diferentes das que ocorriam na antiga Feira: shows de forró eletrônico tomam conta dos palcos principais nos finais de semana, enquanto os trios de forró pé-de-serra são remanejados para os palcos menores. Próximo às praças pequenas se localizam as barracas menores, caracterizando uma zona mais periférica, onde há resistência da memória cultural dos primeiros anos da Feira. A Feira-Centro é dominada pelo som eletrônico, pelos grandes shows e restaurantes caros para o turista. A cultura nordestina, incorporada pela indústria cultural, se vê dividida. Os novos formatos de espetáculo e turismo adotam práticas características da cultura hegemônica, enquanto os elementos da cultura popular são relegados aos espaços periféricos do pavilhão.

Outra mudança com esta transferência para o pavilhão foi a alteração do nome da Feira. Agora, a Feira de São Cristóvão é denominada Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas (CMLGTN), homenageando o Rei do Baião que viveu e construiu sua carreira no Rio de Janeiro. A nova nomenclatura reforça a ideia de que a Feira-Centro se tornou uma área de interesse público devido a sua história. No entanto, a Feira já não é a mesma. Empresas se instalaram no pavilhão e a Feira-Centro ganhou outra dimensão. Hoje ela é vista como um grande ponto turístico, que expõe a cultura nordestina. Tida ao longo de sua história como um estorvo a ser removido, hoje a Feira-Centro é um dos principais pontos turísticos da cidade, símbolo da diversidade cultural do Rio de Janeiro.

O Centro de Tradições precisou organizar sua administração perante o Ministério Público (MP). Quando houve a transferência para o Pavilhão, o órgão responsável pela Feira era a Coopcampo e a prefeitura criou uma comissão responsável pela administração e fiscalização da Feira. Porém, segundo o MP, o formato de cooperativa não funcionava para a situação dos feirantes. Por exigência, foi fundada uma associação a fim de organizar a gestão. Daí surgiu a Associação dos Feirantes do CMLGTN. A Associação

tem por funções: manter a tradição nordestina presente, promovendo sua cultura; fazer a mediação entre os feirantes e o poder público; e gerir a Feira-Centro.

Outro impacto significativo para os feirantes da antiga Feira ocorreu no momento da transferência para o pavilhão. Antes da mudança, os feirantes que tinham barracas na parte externa receberam uma matrícula para que a prefeitura pudesse ter controle sobre a cobrança das barracas novas no interior do pavilhão. Alguns feirantes, indignados com a cobrança e sem recursos para financiar as novas barracas, resolveram vender a matrícula. Assim, os pequenos feirantes acabaram excluídos da nova Feira-Centro.

Estas formas de controle e o aumento de custos dos feirantes na Feira-Centro promoveram a concentração de capital e a estratificação social dentro do pavilhão. É certo que houve desenvolvimento, com aumento da produtividade do trabalho e melhores condições de produção, circulação e consumo de mercadorias. Aumentou conjuntamente o volume de circulação de pessoas e capitais, promovendo um crescimento no tamanho e no capital empregado nas barracas. Notadamente, há uma enorme diferença entre os grandes restaurantes e as pequenas barracas. Os grandes restaurantes são empresas que empregam dezenas de funcionários. Enquanto as pequenas barracas atuam de modo familiar e autônomo, muitas vezes só com o trabalho do proprietário. Esta é uma das características sociais do desenvolvimento econômico: gera concentração de capital e estratificação social, expressos espacialmente na ocupação diferenciada do território.

Além disso, desenvolvimento capitalista significa também mudança cultural. A cultura material foi radicalmente alterada com a mudança física da Feira e de suas barracas, além dos novos meios de produção cultural: especialmente nos palcos e equipamentos utilizados pelos músicos, e no preparo das comidas típicas em cozinhas industriais. Provocando com isso uma mudança também na cultura imaterial, ou seja, nas práticas culturais e nos processos de trabalho atrelados a esta nova cultura material.

Hoje a cultura popular nordestina se coloca enquanto elemento folclórico incorporado à lógica da indústria cultural, vinculada ao consumo de massa. Foi legitimada via mercado e agora é aceita pela cidade, representando sua diversidade cultural. Isso ganha um caráter simbólico e contraditório, na medida em que a incorporação cultural se concretiza com a entrada da Feira para o interior do pavilhão, sendo transformada em Centro de Tradições. Resultado de anos de luta pelo território e de afirmação de uma cultura de resistência, esta situação expressa tanto uma conquista dos nordestinos migrantes quanto sua incorporação pela indústria cultural.

Conclusão

Originada pela migração nordestina nos anos 1940, a Feira de São Cristóvão representa um pedaço de nordeste no Rio de Janeiro. Sua formação está ligada ao desenvolvimento da cidade, no processo de transição ao capitalismo industrial. Desde o final do século 19, o avanço da urbanização e da industrialização impõe a necessidade de formar uma nova classe social: o proletariado. Uma característica das transições ao capitalismo é a migração campo-cidade, fazendo com que trabalhadores rurais venham constituir o proletariado urbano, emprestando a ele sua fisionomia e sua cultura.

Podemos traçar aí heranças étnicas e culturais dos trabalhadores da cidade. Sem dúvida nenhuma, no Rio de Janeiro a formação da classe trabalhadora urbana deve muito aos migrantes nordestinos. No entanto, na condição de retirantes do sertão, eles tiveram de lutar muito para a aceitação de sua presença na metrópole. A Feira de São Cristóvão foi o espaço primordial onde esta luta se expressou, seja na disputa pelo território, seja na construção de uma identidade cultural comum aos nordestinos na cidade.

A cultura popular do nordeste, com toda sua vitalidade, foi uma das bases de afirmação deste grupo social. Através dela estas pessoas foram ganhando visibilidade cultural e puderam se afirmar frente ao preconceito e às precárias condições de moradia e trabalho. Portanto, a cultura nordestina se coloca como uma cultura de resistência da classe trabalhadora. Resistindo às inúmeras tentativas de remoção do Campo de São Cristóvão, os feirantes se organizaram em diferentes formas de representação para lutar por um pedaço de chão na cidade. Em seu processo particular de desenvolvimento, a Feira saiu da clandestinidade e aos poucos se legitimou como expressão cultural e espaço produtivo e comercial da maior importância. Foi legalizada, conquistou direito de permanência e, por fim, ocupou o interior do Pavilhão.

No entanto, este movimento se apresenta contraditório, na medida em que significou também a incorporação da cultura popular nordestina pela indústria cultural. A transformação de processos produtivos artesanais em novos processos de caráter industrial para consumo de massa traz consigo uma mudança cultural profunda, alterando a cultura material e imaterial da Feira. O desenvolvimento capitalista está atrelado a diversas dimensões da realidade social, seja a dimensão econômica do aumento de produtividade do trabalho, ou as dimensões sociais, políticas e culturais. Tudo isso se observa no atual Centro Municipal Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas.

Da Feira Nordestina ao Centro de Tradições a mudança cultural se torna evidente. Hoje a Feira-Centro se inseriu na cartografia da cidade, legitimada pelo mercado e por sua contribuição à renovação da indústria cultural. É um espaço de turismo e consumo de massa, mas perdeu parte das características de cultura popular de resistência que teve outrora. Contraditório, como todo processo social, o Centro de Tradições é, ao mesmo tempo, uma conquista dos trabalhadores migrantes nordestinos e um símbolo de sua incorporação cultural, assimilados pela metrópole capitalista.

Referências bibliográficas:

- ABREU, M. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplanrio, (1987) 1997.
- BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, (1936) 1994.
- BORJA, B. **Notas sobre a dimensão cultural na obra de Celso Furtado**. In: D'AGUIAR, R. F. (org.) *Celso Furtado e a Dimensão Cultural do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: E-papers e Centro Internacional Celso Furtado, 2013.
- BORJA, B. & DESTRI, M. **Formação da Feira de São Cristóvão e a cultura nordestina no Rio de Janeiro**. IN: ANGELO, Elis & BARROS, Luitgarde (orgs.). *Territórios culturais no Rio de Janeiro: a Feira de São Cristóvão*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- CHAVES, G. **Feira de São Cristóvão: o Nordeste é aqui**. Rio de Janeiro: Prefeitura, 1999.
- EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1964.
- GULLAR, F. **Problemas estéticos na sociedade de massa**. In: _____. *Cultura posta em questão, Vanguarda e Subdesenvolvimento: ensaios sobre arte*. Rio de Janeiro: José Olympio, (1965) 2006.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, (1844) 2004.
- _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, (1859) 1977.
- LIMA CARLOS, C. & SAMPAIO, J. **Pavilhão de São Cristóvão: da vanguarda, apenas uma fachada**. IN: ANGELO, Elis & BARROS, Luitgarde (orgs.). *Territórios culturais no Rio de Janeiro: a Feira de São Cristóvão*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- NEMER, S. **Feira de São Cristóvão: contando histórias, tecendo memórias**. Tese. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2012.
- PANDOLFO, M. **Feira de São Cristóvão. – A reconstrução do nordestino num mundo de paraibás e nortistas**. Tese. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- RIBEIRO, M. **Nem feira dos paraibás, nem shopping dos nordestinos: Um estudo sobre o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas**. Dissertação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Coppe, 2005.
- RIO DE JANEIRO. **Lei Ordinária Nº 2.052, de 26 de novembro de 1993. Cria o Espaço Turístico e Cultural Rio/Nordeste no Campo de São Cristóvão**. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/064ef7670d0cc4b7032576ac00733609?OpenDocument>>. Acesso em jul. 2015.
- SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, (1993) 2013.
- _____. **Por uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: Edusp, (1994) 2012.
- WILLIAMS, R. **Base e superestrutura na teoria da cultura marxista**. In: _____. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, (1980) 2011.